

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL



<https://doi.org/10.22533/at.ed.9091125190315>

Data de aceite: 10/06/2025

Auriélia Coelho Isaque Floriano

Professora. Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica (FARJ); em AEE - Atendimento Educacional Especializado (FAVENI); em Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (FAVENI); em Docência da Educação Infantil e dos Anos Iniciais (FAVENI); Metodologia do Ensino da Artes (FAVENI); e em Coordenação Pedagógica e Supervisão Escolar (FAP); Licenciatura Plena em Pedagogia (FACITE); em Educação Especial (UNIFAVENI); e em Artes Visuais (UNIFAVENI).

Maria Eliete Ribeiro De Araújo

Professora. Especialista em Geografia Geral (FAFOPA); e Docência na Educação Básica (FAFOPA); Licenciatura Plena em Geografia (FAFOPA); em Letras (UNIFAVENI); e em Pedagogia (FAFOPA).

Josefa Janeide Miroro Do Nascimento

Professora. Especialista em Educação Ambiental (FACIAGRA). Licenciatura Plena em Biologia (FTC).

Maria Silmara Bezerra De Assis Bispo

Professora. Especialista em Educação Especial e inclusiva, e Metodologia de Ensino (FAVENI). Licenciatura Plena em Geografia (FAFOPA).

Kathiane Oliveira Diniz

Professora. Especialista em Coordenação Pedagógica (ISESPI); e em Psicopedagogia Institucional (ISESPI); Licenciatura Plena em Pedagogia (FACITE).

Maria Alice Dos Santos

Professora. Especialista em Pesquisa de Extensão (UPE); e Atendimento Educacional e Educação Especial (UNOPAR). Licenciatura Plena em História (FAFOPA).

Regina Andrade Silva

Professora. Especialista em Sociologia e Artes (UNIFAVENI); E em Pedagogia Social e Educação Infantil (UNIFAVENI); Licenciatura Plena em Sociologia (UNIP) e Pedagogia (UNIFAVENI).

Jayane Bezerra De Alencar Modesto

Professora. Especialista em Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (FAVENI); Biologia Geral (FAFOPA); e Psicopedagogia Institucional e Clínica (FARJ). Licenciatura Plena em Biologia (FAFOPA); e Licenciatura Plena em Pedagogia (FACITE).

Maria Dilmária Do Nascimento Lima

Professora. Especialista em Gestão na Educação com ênfase em Psicopedagogia (UNILEÃO); e em Formação Pedagógica em Biologia (UNIVASF); Licenciatura Plena em Geografia (FAFOPA); e em Pedagogia (UNIVASF).

Marinalva De Oliveira Venuto

Professora. Especialista em Psicopedagogia Institucional (FARJ); e Geografia, História e Sustentabilidade (FAVENI). Licenciatura Plena em Pedagogia (FACITE); e em Geografia (FAFOPA).

Vanderléia De Lira Lopes

Professora. Especialista em Língua portuguesa, Inglês e suas Respectivas Literatura (FAFOPA); e em Educação Infantil (UFPI). Licenciatura Plena em Letras – Habilitação Português/Inglês e Respectivas Literaturas (FAFOPA).

Cláudio Alencar

Professor. Mestre em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido (PPGDiDeS/ UNIVASF). Especialista em Metodologias Ativas (UNIVASF); em Tecnologias Digitais Aplicadas à Educação (IFSertãoPE); em EJA – Educação de Jovens e Adultos e Informática da Educação (FAVENI); em Ensino de Matemática (UNIVASF); em Gestão Pública (UNIVASF); em Gestão Pública Municipal (UNIVASF); em Psicopedagogia (UNICSUL); em Ensino da Geografia (UNIBF); em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (UFPE); Bacharelado em Administração (UNICSUL); e em Ciências Contábeis (FACISA); e Licenciatura Plena em Pedagogia (FACITE); e em Geografia (UNICSUL).

RESUMO: Este artigo tem como objetivo averiguar a importância fundamental da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como um instrumento de inclusão social. Para atingir esse objetivo, o artigo utiliza uma abordagem baseada em um estudo bibliográfico, explorando a legislação educacional, as políticas públicas, a evolução histórica da EJA e o papel dos educadores na modalidade. A Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, autoriza a EJA como uma modalidade de ensino fundamental e médio destinada a pessoas que não tiveram acesso à educação na idade alcançada. O Parecer 11/2000 também destaca a importância de considerar a diversidade do público da EJA, incluindo suas experiências de vida e culturais. A EJA desempenha um papel fundamental na inclusão social, oferecendo oportunidades de educação e aprendizado ao longo da vida para jovens e adultos que foram excluídos do sistema educacional tradicional. No entanto, a evasão escolar continua sendo um desafio significativo, influenciado por fatores como a necessidade de trabalho e a qualidade do ensino oferecido. A formação de educadores para atuar na EJA é essencial para o sucesso dessa modalidade educacional. A diversidade cultural e de experiências de vida dos alunos exige que os educadores adotem abordagens pedagógicas sensíveis às necessidades do público da EJA. Além disso, o artigo destaca a importância das políticas públicas na promoção da EJA e na redução das desigualdades sociais. No entanto, é fundamental que essas políticas sejam mais eficazes e melhores adaptadas às necessidades dos alunos da EJA.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos (EJA). Inclusão Social. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A educação é universalmente reconhecida como um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade. Ela não apenas promove o crescimento intelectual e pessoal, mas também desempenha um papel crucial na promoção da inclusão social. No entanto, nem todos têm o privilégio de adquirir uma educação formal na idade tradicional. É nesse contexto que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) surge como uma ferramenta essencial para combater o analfabetismo, preencher lacunas educacionais e, mais importante ainda, abrir as portas da inclusão social para um segmento significativo da população que foi historicamente superado.

A EJA representa uma modalidade de ensino flexível e adaptada às necessidades específicas de jovens e adultos que não tiveram acesso à educação formal durante sua juventude. Essa modalidade abrange uma diversidade de alunos, desde aqueles que não concluíram o ensino fundamental ou até médio, aqueles que desejam aprimorar suas habilidades e conhecimentos em uma fase posterior da vida. Através da EJA, esses indivíduos têm a oportunidade de adquirir habilidades educacionais específicas, melhorar sua empregabilidade e, por fim, participar mais plenamente da sociedade.

Este artigo tem como objetivo principal averiguar a importância fundamental da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como um instrumento de inclusão social. Além de Investigar a evolução histórica da Educação de Jovens e Adultos, desde suas origens até os desenvolvimentos recentes, com ênfase nas mudanças significativas que ocorrem ao longo do tempo. Analisar as políticas públicas relacionadas à EJA e como elas podem influenciar a inclusão social.

A metodologia deste artigo baseia-se principalmente num estudo bibliográfico. Este método foi escolhido devido à natureza do tópico em questão, que envolve uma análise histórica, conceitual e crítica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e sua relação com a inclusão social. Esta metodologia foi escolhida para garantir que o artigo forneça uma visão abrangente e bem informada da importância da EJA para a inclusão social, com base em uma análise cuidadosa da literatura existente sobre o assunto.

O Brasil enfrentou desafios significativos em seu sistema educacional, incluindo altas taxas de analfabetismo funcional e evasão escolar. A EJA surge como uma resposta necessária para abordar essas questões, especialmente entre adultos que não tiveram acesso à educação formal na idade atribuída.

A inclusão social é um objetivo fundamental para uma sociedade justa e igualitária. A EJA desempenha um papel crucial na inclusão de adultos que, de outra forma, poderiam ser marginalizados e excluídos das oportunidades educacionais e econômicas. A EJA não é apenas uma modalidade de ensino; ela evoluiu ao longo do tempo em resposta às necessidades cambiantes da sociedade. Compreender essa evolução é essencial para melhorar as políticas e práticas educacionais.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): CONCEITOS E DESAFIOS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que visa atender aqueles que não tiveram acesso à educação na idade associada, seja por motivos socioeconômicos, culturais ou históricos. Ela é caracterizada por ser flexível em termos de idade e currículo, permitindo que pessoas de diferentes faixas etárias e com diferentes históricos educacionais tenham a oportunidade de retomar seus estudos. De acordo com Nascimento (2013, p. 12), a EJA pode ser entendida como:

É uma modalidade do ensino fundamental e do ensino médio, que possibilita a oportunidade para muitas pessoas que não tiveram acesso ao conhecimento científico em idade própria dando oportunidade para jovens e adultos iniciar e /ou dar continuidade aos seus estudos, é, portanto, uma modalidade de ensino que visa garantir um direito aqueles que foram excluídos dos bancos escolares ou que não tiveram oportunidade de acessá-los.

Essa definição da EJA, conforme apresentada por Nascimento (2013), ressalta sua natureza inclusiva e sua importância na promoção da equidade educacional. É vista como uma modalidade de ensino que transcende as barreiras temporais e oferece uma segunda chance de acesso ao conhecimento científico para aqueles que, por diversos motivos, foram excluídos ou não puderam frequentar a escola na idade. Essa definição destaca o papel da modalidade em permitir que jovens e adultos iniciem ou prossigam seus estudos, enfatizando seu caráter flexível e adaptável. Ela reconhece que cada pessoa tem seu próprio ritmo de aprendizado e que está ali para atender a essa diversidade de necessidades educacionais.

Essa compreensão de como um meio de garantir o direito à educação para aqueles que foram historicamente excluídos dos sistemas educacionais é fundamental para contextualizar seu papel na sociedade e sua importância na construção de uma educação mais inclusiva e igualitária.

O histórico da modalidade remonta a séculos atrás, mas ganhou destaque no século XX com movimentos sociais e educacionais em defesa da alfabetização e da educação básica para adultos. A evoluiu ao longo do tempo, passando de uma visão assistencialista para uma abordagem mais inclusiva e emancipatória. Atualmente, busca-se não apenas alfabetizar adultos, mas fornecer uma educação de qualidade que promova a participação cidadã e a inclusão social. Ela abrange desde a alfabetização até a conclusão do ensino médio e tem como objetivo principal promover a inclusão social e educacional, garantindo que jovens e adultos tenham a oportunidade de adquirir conhecimentos e habilidades ao longo de suas vidas.

A EJA é pautada por uma abordagem pedagógica que considera as experiências e saberes prévios dos estudantes, confirmando que cada pessoa traz consigo um conjunto único de vivências e necessidades de aprendizado. Isso se torna uma modalidade de ensino flexível e adaptável, capaz de atender a uma ampla diversidade de perfis de estudantes.

No contexto brasileiro, a EJA desempenha um papel fundamental na promoção da equidade e na redução das desigualdades educacionais. Ela é externa não apenas para aqueles que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola na idade avançada, mas também para aqueles que, por diferentes razões, interromperam seus estudos e interessaram retomá-los.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96 representou um marco importante para a EJA no Brasil. Com essa lei, o sistema educacional brasileiro passou a refletir e contemplar de forma mais abrangente as diversas modalidades, refletindo a necessidade de ajustar-se às novas exigências sociais.

Art.37 A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida Art.38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. (BRASIL, 1996)

A legislação contribuiu significativamente para a valorização e expansão da EJA no Brasil, apoiando seu papel fundamental na promoção da educação inclusiva e na redução das desigualdades educacionais. Além disso, fortaleceu a ideia de que a educação é um direito fundamental que deve ser acessível a todas as faixas etárias, independentemente das relações sociais.

A evasão na EJA é, de fato, um desafio significativo enfrentado pelo sistema educacional brasileiro. Muitos estudantes que ingressam acabam não concluindo seus estudos, o que pode ser atribuído a uma série de fatores complexos.

Um dos principais fatores apontados na literatura, conforme indicado por Ireland (2009), é a influência da família. Em alguns casos, as famílias não podem compreender a importância da educação formal para seus membros adultos e, portanto, não oferecem o apoio necessário. Além disso, os próprios alunos podem se sentir pressionados a trabalhar para contribuir financeiramente com suas famílias, ou que os levam a abandonar os estudos.

Outro fator que merece atenção é a qualidade do ensino oferecido na EJA. Muitos adultos que retornam à escola o fazem com o objetivo de concluir sua educação formal e adquirir habilidades fáceis para o mercado de trabalho. Se o ensino oferecido não atender às suas expectativas e necessidades, eles podem perder a motivação para continuar estudando.

Para combater a evasão na EJA, é essencial adotar estratégias que considerem esses desafios. Isso inclui programas de apoio às famílias, flexibilidade de horários para acomodação de estudantes que trabalham e a melhoria da qualidade do ensino, tornando-o mais relevante para a vida e carreira dos alunos adultos. Além disso, é fundamental promover a conscientização sobre os benefícios da educação continuada e do desenvolvimento pessoal ao longo da vida.

CONTRIBUIÇÃO DA EJA PARA A INCLUSÃO SOCIAL

A EJA desempenha um papel crucial na promoção da inclusão social no contexto educacional brasileiro. Ela se configura como uma ferramenta poderosa para mitigar desigualdades, oferecendo oportunidades educacionais para aqueles que, por diferentes razões, não puderam concluir sua educação formal na idade envolvida. Também proporciona o acesso à educação formal para indivíduos que, por motivos diversos, não poderiam frequentar a escola na idade convencional. Isso inclui adultos que tiveram que trabalhar, cuidar de suas famílias ou enfrentar outras barreiras sociais e econômicas.

Dantas (2012) fala sobre a formação do educador da EJA é de extrema relevância. A modalidade lida com um público diverso, com experiências de vida e culturas diversas, o que torna essa modalidade de ensino desafiadora e única. No entanto, muitas vezes, os educadores que atuam na EJA não recebem uma formação específica para enfrentar esses desafios.

A ausência de preparação específica e obrigatória para professores é um problema que precisa ser abordado. Os professores é um pilar fundamental para a qualidade da educação, e isso se aplica ao conceito de igualmente. Os educadores precisam estar preparados para lidar com as demandas específicas desse público, compreendendo suas necessidades, experiências e desafios.

A abordagem de valorizar as competências sociais dos adultos na educação de jovens e adultos, conforme destacada por Filho (2000), traz à tona uma perspectiva significativa no processo educacional dessa modalidade de ensino. Essa abordagem frequente que os adultos trazem consigo uma riqueza de experiências de vida, interesses e conhecimentos que podem ser incorporados ao ambiente de aprendizagem.

Ao permitir que os adultos compartilhem seus interesses e experiências na sala de aula, o processo educacional se torna mais relevante e significativo para eles. Isso significa que os professores da EJA devem adotar uma postura de diálogo aberto, ouvindo atentamente as preocupações e interesses dos adultos e incorporando essas questões nas atividades de ensino. Marques e Pachane (2010, p. 486) afirma que: “Nessa perspectiva, é importante ressaltar a importância do processo de conscientização para o educador comprometido com a transformação social, que não pode ser um profissional neutro diante do mundo em seu trabalho político-pedagógico.”

Valorizar as competências sociais dos adultos na EJA envolve a consideração de sua bagagem de vida como um recurso específico para o processo de aprendizagem e adaptação do ensino de acordo com seus interesses e necessidades. Essa abordagem promove uma educação mais significativa e eficaz para os adultos que buscam aprimorar suas habilidades e conhecimentos. A ênfase na diversidade do público EJA, conforme destacado no Parecer nº 11/2000 em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ressalta a importância de considerar cuidadosamente as características variadas dos alunos que frequentam essa modalidade de ensino:

Por isso a heterogeneidade do público da EJA merece consideração cuidadosa. A ela se dirigem adolescentes, jovens e adultos, com suas múltiplas experiências de trabalho, de vida e de situação social aí compreendidos as práticas culturais e valores já constituídos (BRASIL, 2000, p.61)

Essa diversidade vai além das diferenças etárias e abrange também as práticas culturais e os valores que esses indivíduos já possuem. Reconhecer essa heterogeneidade é fundamental para o desenvolvimento de propostas de ensino eficaz, pois significa adaptar a educação às necessidades, interesses e realidades específicas de cada aluno.

Para os professores, isso implica adotar uma abordagem pedagógica flexível e sensível às particularidades de seus alunos. Isso pode incluir a incorporação das experiências de vida dos alunos nas atividades de ensino, uma seleção de materiais didáticos que sejam culturalmente relevantes e a promoção de um ambiente de aprendizagem inclusivo que valorize a diversidade.

DISCUSSÕES E PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DA EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

As políticas de educação externas para a EJA evoluíram significativamente nas últimas décadas. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o direito à educação como fundamental e universal, o que incluiu a oferta de educação básica para jovens e adultos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 regulamentou a EJA como modalidade de ensino, e o Parecer nº 11/2000 trouxe diretrizes importantes para sua implementação.

Programas como o Programa Brasil Alfabetizado e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) foram implementados para atender às diferentes demandas da EJA, desde a alfabetização até a conclusão do ensino médio. Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE) distribuído com metas específicas para a EJA, aumentaria a taxa de escolarização e reduziria o analfabetismo.

O PNE é uma lei que estabelece diretrizes, metas e estratégias para o desenvolvimento da educação no país. Ele inclui metas específicas relacionadas à EJA, como a redução do analfabetismo e o aumento das taxas de escolarização.

A inclusão social por meio da EJA se dá de diversas formas. Primeiramente, oferece oportunidades educacionais para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na própria idade, permitindo que jovens e adultos adquiram conhecimentos e habilidades essenciais. Isso contribui para a melhoria da empregabilidade e qualidade de vida (Dantas, 2012).

Os autores sugerem que esses programas desempenham um papel na mitigação das tensões sociais e dos impasses subjacentes à lógica do sistema, concretamente como uma forma de lidar com as questões sociais e econômicas sem abordar as causas subjacentes.

Essa análise crítica sugere que esses programas podem não estar abordando especificamente as necessidades dos jovens e adultos trabalhadores, que continuam à margem do sistema educacional brasileiro. Em vez disso, eles podem ser práticos como uma espécie de medida paliativa para zombar das tensões sociais sem abordar as questões estruturais subjacentes.

Essa perspectiva crítica é importante porque destaca a necessidade de programas de EJA mais abrangentes e eficazes que abordam não apenas as questões superficiais, mas também as raízes dos problemas educacionais enfrentados por jovens e adultos trabalhadores no Brasil. Isso envolve uma análise mais profunda das políticas educacionais e de como elas estão alinhadas com as necessidades da população em questão (Dantas, 2012).

A EJA atua como um agente de inclusão social ao promover a equidade educacional. Ela atende a um público diversificado, incluindo trabalhadores, pessoas com deficiência, minorias étnicas e outros grupos marginalizados. Isso ajuda a diminuir as desigualdades educacionais e sociais, combatendo a exclusão

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, ficou evidente que o desempenho da EJA tem um papel crucial na democratização da educação no país, proporcionando oportunidades de aprendizado para aqueles que foram excluídos ou não tiveram acesso à educação formal em sua idade ocupada. As políticas públicas, como o Brasil Alfabetizado e o Fazendo Escola, buscam ampliar o alcance da EJA e melhorar sua qualidade, refletindo um compromisso com a inclusão social.

No entanto, também foi abordada a questão da evasão escolar na EJA, um desafio significativo que precisa ser enfrentado. A necessidade de combinação de flexibilidade curricular com qualidade de ensino foi ressaltada como um fator essencial para o retorno dos estudantes nessa modalidade de ensino.

Além disso, observamos que a formação de professores para atuar na EJA é um aspecto crítico que merece atenção, uma vez que os educadores precisam estar preparados para lidar com a diversidade de experiências e necessidades desse público.

A EJA – Educação de Jovens e Adultos continua a desempenhar um papel importante na inclusão social no Brasil, oferecendo oportunidades educacionais para aqueles que foram historicamente marginalizados. No entanto, desafios persistentes, como a evasão escolar e a formação de professores, precisam ser envolvidos de maneira eficaz para garantir que a EJA cumpra seu potencial como agente de transformação social.

Por fim, este artigo enfatizou a importância das políticas públicas atuais na promoção da inclusão social por meio da EJA, mas também apontou para a necessidade contínua de avaliação e aprimoramento dessas políticas, a fim de garantir que elas atendam de maneira eficaz às demandas da população adulta que busca a educação formal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº. 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Parecer 11/2000. Brasília. 2000.

DANTAS, T. **Formação em EJA: o Programa de Mestrado Profissional como uma proposta inovadora de inclusão social.** In: DANTAS, T. R.; AMORIM, A.; LEITE, G. Pesquisa, Formação, Alfabetização e Direitos em Educação de Jovens e Adultos. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 131-149.

FILHO, L. **O problema da Educação de Adultos.** In: Revista Brasileira de Estudos pedagógicos, vol.81, n. 197, Brasília, jan/abr, p. 116-127, 2000.

IRELAND, Timothy. **A EJA tem agora objetivos maiores que a alfabetização.** Revista Nova Escola, Ed. 223, p.36-40, junho/2009.

NASCIMENTO, Sandra Mara do. **Eja-Educação de Jovens e Adultos, na visão de Paulo Freire,** 2013.53 folhas. Monográfica (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Paranaíba, 2013.

MARQUES, Denise; PACHANE, Graziela. **Formação de educadores: uma perspectiva de educação de idosos em programas de EJA.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.36, n.2, p. 475-490, maio/ago. 2010.

RUMMERT, S. M.; VENTURA. **Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade – considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola.** Educar, Curitiba, n. 29, p. 29-45, 2007. Editora UFPR 29.